

## JFH entrevista o juiz federal Diretor do Foro Fábio Moreira Ramiro

Ontem, 30/05, a equipe do Justiça Federal Hoje (JFH) entrevistou o juiz federal Diretor do Foro, Fábio Moreira Ramiro. À frente da Direção do Foro da Seção Judiciária da Bahia desde junho de 2020, o magistrado se despede da administração, hoje, 31 de maio.

Nesta entrevista, o juiz federal Fábio Moreira Ramiro relata as dificuldades enfrentadas nesta gestão em plena pandemia, a experiência vivida na área administrativa, os aprendizados adquiridos à frente da Direção do Foro da SJBA, e muito mais. Confira!

**JFH - Como foi enfrentar o duplo desafio de assumir a Direção do Foro da SJBA e exercer esta função durante um período de pandemia mundial?**

*Eu já sabia que ser Diretor do Foro seria um desafio para qualquer magistrado, porque ele sai daquela função que está acostumado a fazer, que é a de julgar processos, julgar causas e passa a ser o administrador, então ele vai mexer com licitações, contratos, direitos e deveres de servidores, estagiários, terceirizados, as diversas demandas da subseções, nas suas peculiaridades, pleitos dos juízes, enquanto gestores de unidades judiciárias e diretores de subseções, etc, e diante de uma já conhecida também, não era uma novidade, a escassez de recursos humanos na área administrativa. Quando você soma tudo isso ao momento de restrição imposto pela pandemia, em que os fóruns estavam fechados, sem uma data certa de quando seriam reabertos e de como isso aconteceria, os desafios se tornam muito mais intensos. Na verdade, nós aprendemos a resolver os problemas da pandemia já os vivenciando, porque ninguém prevê uma pandemia, ninguém tem como saber da sua extensão. Quando, primeiramente, o Tribunal fechou o atendimento externo nos Fóruns da 1ª Região, ele fechou por 15 dias, depois por 30 e aí ficou mais 15 dias, depois 30, achando sempre que na próxima reunião poderia haver uma situação melhor, que somente foi verificada 7 meses depois do início das restrições e do isolamento social, em março de 2020. Então, a nossa direção assumiu no dia 1º de junho de 2020, já em meio à pandemia e com essa particularidade de começar em teletrabalho, praticamente de forma integral, porque, aqui, funcionavam presencialmente apenas os setores considerados imprescindíveis ao funcionamento presencial: o NUTEC, a seção de polícia judicial e o Núcleo de Benefícios Sociais. A dificuldade já seria grande, naturalmente, em condições normais, com a pandemia, sem dúvida nenhuma, isso tudo se tornou ainda mais complexo, pelo ineditismo da situação. Ao lado de tudo isso, eu dou relevo à nossa preocupação diária com as pessoas que poderiam ter necessidade de estar nos fóruns e no nosso ambiente de trabalho acabarem sendo contaminadas por uma doença ainda obscura, desconhecida, mas que nós já sabíamos que matava, como matou, apenas no Brasil, quase 700.000 pessoas. Aqui mesmo, na Justiça, a gente chora, ainda hoje, a perda de servidores queridos que são sempre irreparáveis, porém, a nossa*



*dor seria, enquanto administradores, ainda maior se isso tivesse sido gerado por um descuido nosso na proteção dos servidores, dos juízes, dos colaboradores, dos estagiários e dos usuários em geral. Então, isso nos assustava, nos deixava de alguma forma temerosos. Cada passo dado era estudado, era analisado, era medido com a mesma medida que nós adotávamos para proteção dos nossos entes mais queridos.*

**JFH - A área-fim e a área-meio possuem processos muito distintos de trabalho. Como foi para o senhor esta experiência e como a área administrativa interferiu na sua visão de juiz federal?**

*Eu sou magistrado há 23 anos, durante um pouco mais de 2 anos e meio eu fui juiz estadual, tendo ingressado na Justiça Federal da Bahia, em novembro de 2001; tornei-me titular, fui pra Paulo Afonso, Feira de Santana, cheguei em Salvador, de volta, em 2013, então são 9 anos já aqui na sede da Seção. São ocupações muito diversas, embora eu tenha sido antes Diretor de Subseção e de uma subseção como Feira de Santana, que é uma das maiores subseções do interior do Brasil, em termos de população, da sua área de jurisdição e da própria cidade que abriga a sede. Ser Diretor do Foro de um Seção Judiciária não há termos de comparação com tudo que você exerce dentro do Poder Judiciário, em seu primeiro grau, na sua atividade-fim, então, minha experiência de magistrado era uma experiência de julgador de processos, de pessoa que realiza atividades jurisdicionais, no seu sentido mais restrito, no sentido mais próximo daquilo a que se destina o Poder Judiciário, mas para a atividade-fim poder funcionar, precisa haver uma estrutura, e quem a fornece é a área-meio. Então, para mim não era tão desconhecido, porque fui vice-Diretor, entre 2018 e 2020, quando tive oportunidade de substituir o Diretor, em alguns períodos, nas suas férias e nos seus afastamentos regulares, quando conheci, não na mesma intensidade e profundidade, porque são substituições efêmeras, transitórias, dando apenas continuidade àquilo que já era feito na administração. Quando se exerce na sua plenitude, a partir do primeiro dia em que se toma posse como Diretor*

*do Foro, é completamente diverso. Os processos de trabalho são distintos, nós lidamos com pessoas que não estão também acostumadas ao trabalho na área-fim, mas que são adstritas à legalidade, pelo cuidado com a coisa pública, com a res publica, com o dinheiro público, com as pessoas que são administradas, então, são situações muito diferentes, mas que sem dúvida nenhuma, o fato de nós estarmos acostumados a julgar faz com que nós não tenhamos receio. Os juízes não têm receio em ser administradores, eles sabem que aquilo é um desafio, que não é exatamente igual ao que eles fazem diuturnamente nas Varas, mas sabem também que administrar é decidir e decidir é o nosso ofício. A gente é cercada de uma equipe tão valorosa, como é a da Administração da Seção Judiciária da Bahia, de modo que o trabalho se torna muito mais tranquilo, mas nem por isso deixa de ser difícil, porque ele será difícil sempre no sentido de que você tem decisões a tomar, tem caminhos a escolher, e às vezes esse caminho é único, mas você tem que seguir por aquele caminho, você não pode fraquejar, você não pode dizer que não vai seguir naquela direção, porque você vai desagradar a ou b ou c, não importa, o que importa é você dar o cumprimento fiel à Constituição, às Leis, e isso muitas vezes pode, efetivamente, causar desconfortos, constrangimentos, até certas situações de desagrado, mas é exatamente esse o papel do administrador: ter a consciência de que, agradando ou não, ele está fazendo a coisa certa, ele está fazendo aquilo que a lei manda ele fazer. Mas são atividades bem distintas, embora, repito, nós, por estarmos acostumados a decidir, e a decidir questões difíceis, relativamente à vida de outras pessoas, relativamente ao patrimônio de outras pessoas, à liberdade de terceiros, nós aqui estamos atuando como administradores da coisa pública, somos uma expressão do Poder Judiciário, um ramo da Justiça, e em razão disso, sabemos da expectativa que se cria para que essa justiça cumpra o seu papel da melhor forma. E é aquilo que se repete, não se cumpre um bom papel no Poder Judiciário sem dar condições para tanto, e a administração precisa dessas condições para que os juízes e servidores que atuam*

*na área-fim possam exercer seu trabalho da melhor forma possível.*

**JFH - O trabalho remoto foi imperativo nestes últimos dois anos. O judiciário precisou se adequar a esta nova realidade a fim de minimizar prejuízos na prestação do serviço jurisdicional. Como o senhor vê esta mudança? E quais seus efeitos no judiciário?**

*A pandemia apressou muitas coisas na sociedade mundial. A gente fala pandemia porque ela mudou toda uma condição do planeta e uma delas foi o próprio trabalho, permitiu o teletrabalho. A palavra permitir está um pouco fora de lugar porque na verdade ela obriga o teletrabalho, quando não podíamos estar com a porta dos fóruns abertas, em preservação da nossa saúde e da saúde das demais pessoas que precisam da Justiça. Essa mudança de paradigma, apressa aquilo que antes da pandemia nós já discutíamos, que era o teletrabalho dos servidores. Muito timidamente se falava em teletrabalho de juízes, e a pandemia veio mostrar que era possível oferecer uma prestação jurisdicional efetiva, com qualidade, sem que precisássemos estar nos fóruns diariamente. Isso é uma adaptação, então, no início nós começamos a movimentar processos. Aqueles que já estavam no PJe, não tiveram essa dificuldade. A dificuldade, no início, foi muito de mexer em processos que ainda estavam em autos físicos, mas depois a gente se permitiu a realização de audiências, para que não houvesse uma demora tão grande na solução dos processos que dependiam das audiências, e a verdade é que, hoje, ao fim de um período tão crítico da pandemia, nós vivenciamos o Juízo 100% Digital, criado pelo Conselho Nacional de Justiça, a Justiça 4.0, que são instrumentos que permitem prestar a jurisdição usando em seu favor tecnologias que já existiam. Nada disso foi criado depois da pandemia, já nos comunicávamos por áudio e vídeo através de computadores, através de aparelhos celulares, os smartphones. Nós apenas colocamos nesses aparelhos celulares, nesses computadores, a nossa realidade diária, que antes era feita tão somente dentro dos fóruns. O Balcão Virtual, o atendimento feito por juízes e advogados, às partes, através do Bookings, tudo isso utilizando plataformas diversas, que foram colocadas à disposição pelo Tribunal para que pudéssemos atuar. Essa mudança de paradigma para mim é definitiva. Agora, na minha forma de ver, eu acho que a gente não precisa necessariamente ir para o extremo de que tudo tem que ser digital, e cito um exemplo: eu sou juiz de Vara Criminal, e tenho que as audiências, na medida do possível, devam acontecer de forma presencial ou telepresencial, mas no ambiente dos fóruns, para preservação da qualidade e da veracidade da prova, especialmente a prova testemunhal, eventualmente interrogatório, porque infelizmente, quando se permitem as soluções tecnológicas para produção de prova oral, nós podemos nos deparar com situações em que haja alguma manipulação dessa prova. Então, essa é a minha preocupação enquanto juiz criminal, deixo isso, obviamente, à critério de cada magistrado, de cada área em que atua,*

### Aniversariantes

**Hoje:** Ricardo Rodrigues Sá (Nuasg), Dayse Santiago da Silva Cardoso (Campo Formoso), Vinicius Gama Costa (Nuasg). **Amanhã:** Cassia Ribeiro da Silva Silva (Numan).

**Parabéns!**



também algo essencial para a Justiça Federal naquele momento, e montou equipes maravilhosas de terceirizados, de contratados, para seguirmos adiante. Inicialmente, a gente pensava, até, como sugestão da Corregedora Regional da Justiça Federal, Dra. Maria do Carmo, buscar apoio do Exército, e nós buscamos, mas o Exército não nos deu nenhuma acolhida, e isso foi bom, porque a Justiça tem que caminhar com as próprias pernas e nós tínhamos como caminhar com as próprias pernas. Nós tínhamos como fazer a nossa digitalização, e assim fizemos. Fizemos o primeiro projeto por 6 meses, depois por mais 6 meses. Isso foi sendo prorrogado com novas contratações, com novas licitações, enfim chegamos lá. No dia 20 de maio, foi encerrado com 100% da digitalização, nenhum processo, nenhum auto físico, até de processos suspensos nas Varas de Execuções Fiscais, nada sobrou. Se ainda tem processo físico, aí foi porque alguém não quis mandar pra gente (risos), mas o que nos mandou foi digitalizado. Inclusive, digitalizamos processos da Câmara Regional Previdenciária, a pedido dos juízes relatores daquela unidade julgadora, para nada ficar em autos físicos, e isso é uma revolução, isso é uma mudança muito grande. A gente saiu de 10% de processos no PJe pra 100%, isso pra mim é sem dúvida nenhuma, é a maior realização, muito em especial porque mexe com a essência do Poder Judiciário, que é a prestação jurisdicional sem solução de continuidade.

**JFH - Existiu algum momento crítico em sua gestão. Qual maior desafio que o senhor considerou na sua administração?**

Obviamente que a pandemia era um momento crítico. Eu já começo com a pandemia, sabia que administrar seria, como eu disse já em outro momento, contrariar em muitas situações, mas nós não podemos perder a coragem. A gente assume em meio a esse momento muito crítico e não é um momento exclusivo só nosso, então quando se faz essa pergunta eu imagino uma coisa nossa. Os momentos críticos aqui foram quando nós tivemos, os de maior dor, com a chegada das notícias dos falecimentos de três servidores. Esses foram os momentos mais difíceis, enquanto colegas, enquanto pessoas que conhecíamos, os servidores com que convivíamos.

Eu sabia que contrariar se faria parte, que administrar é isso também. É muito bom quando a gente pode administrar sem contrariar ninguém, mas isso é muito difícil de acontecer. Eu tinha um propósito, que era o de trazer do meu ofício judicante a ideia que sempre me guiou nesses 23 anos, que é de ser justo. E, muitas vezes, nós nos deparamos com normas muito rígidas e uma das normas mais rígidas que existe na esfera administrativa é no tocante à lotação dos servidores, e dá a entender de que o servidor jamais pode ser removido de uma unidade para outra se não houver aquiescência do juiz ao qual ele está subordinado. Essa norma, ela existe realmente, mas há situações em que há uma possibilidade, efetivamente, do Diretor do Foro, que tem atribuição legal e regimental de fazer esse tipo de remoção interna, poder atuar, que é no caso por motivo de doença. Eu não tive dúvida de que eu tinha de proceder, diante de parecer favorável da junta médica, a alteração de lotação de dois servidores, como eu fiz, e isso me custou, inclusive, uma representação junto à Corregedoria Regional, que, apresentadas as verdadeiras razões, foi logo liminarmente arquivada. Mas foi, sem dúvida nenhuma, um dissabor ter que passar por isso, pela primeira vez em 20 anos, mas os dissabores existem para a gente se fortalecer. Lembro-me do imortal Guimarães Rosa: O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. E

eu espero ter deixado plantada a semente, dentro da Administração da Seção Judiciária da Bahia, de que nós temos que tratar todos os juízes, servidores, terceirizados, colaboradores e estagiários sempre com os melhores objetivos para todos, tratando todos de forma condigna e respeitosa.

**JFH - Quais os aprendizados adquiridos nestes dois anos à frente da direção do foro da Seção Judiciária da Bahia? O senhor teria alguma mensagem a deixar para o seu sucessor?**

Os aprendizados são múltiplos, eu teria dificuldade até de enumerá-los, mas o maior aprendizado aqui é que nós crescemos muito enquanto seres humanos. Participar de uma gestão tão profícua, do ponto de vista dos desafios, e em meio a uma pandemia. Eu falo isso porque eu aqui encontrei ou reencontrei com pessoas que são um patrimônio imaterial da Justiça Federal, não é nem momento de citar nomes, porque são tantas pessoas, mas eu gostaria de deixar claro que eu contei sempre com o apoio e colaboração de quase todos os colegas juízes federais da sede e todos das subseções. Eu tive uma equipe na administração que é fabulosa, eu já sabia que era boa, mas só mesmo trabalhando junto para eu ver o quanto é espetacular, quanto ela é de excelência, o quanto ela é comprometida, o quanto ela se desdobra para realizar, mesmo estando com seu número inferiorizado, diante das necessidades e das atribuições que tem. Trabalhei com diretores de núcleos que terão de mim, todos eles, a eterna gratidão e admiração! Aos poucos, a gente foi conseguindo trazer mais pessoas para aumentar essa equipe administrativa e para torná-la mais forte, para torná-la mais completa, porque é muito difícil realizar um bom trabalho com tantos desfalques. As nomeações, na minha gestão, vieram a contágotas, em razão das restrições pelas quais passamos, decorrentes da Emenda Constitucional 95, que é a famosa Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, isso já vinha fazendo várias administrações sofrerem. A administração da Dra. Cláudia Scarpa já foi atingida, mas, em especial, a administração de Dr. Dirley da Cunha Júnior, que foi marcada por uma redução abrupta do nosso orçamento, quando houve a necessidade de cortes antes impensáveis na nossa gestão. Então, Dr. Dirley, juntamente com sua equipe, tiveram essa tarefa de ir fazendo esses ajustes para nos dar mais condições de poder administrar, sem ter que nos preocupar em ter que voltar a fazer novos decotes em gastos por conta dessas restrições orçamentárias já impostas. Assim, os aprendizados são muitos, a gente aprende a ter a necessária humildade de que somos, nessa estrada da vida, eternos aprendizes. E os servidores da administração da Justiça Federal da Bahia me ensinaram muito nesses dois anos, me ensinaram que os desafios eles existirão sempre, porque eles estão acostumados a esses desafios diariamente, mas que, com boa vontade, com perseverança, competência e com dedicação, nós somos capazes de superá-los, e esse é o maior aprendizado.

A minha mensagem, que eu deixo para meu amigo Durval Carneiro Neto, colega do VIII Concurso, e para o vice-diretor, Fábio Rogério França Souza, meu ex-colega de concurso e ingresso na magistratura estadual, é a de que, sabendo como eu sei que eles vêm imbuídos dos melhores propósitos, porque eu os conheço de longa data, saibam que não estarão sozinhos, não estarão sozinhos jamais. Eles vão contar com os colegas juízes, mas, principalmente, eles terão ao seu lado no dia a dia, de forma silenciosa, um batalhão de pessoas dedicadas a que tudo dê certo, a que tudo corra bem aqui, para que a Justiça Federal da Bahia continue a ser um modelo, a ser uma referência e ser de excelência, como sempre foi e continuará a ser reconhecida na 1ª Região.

## TRF1 realiza posse da nova direção da SJBA e demais seções da 1ª Região amanhã, às 15h



Em solenidade híbrida, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal José Amilcar de Queiroz Machado, dará posse aos novos diretores de foro das Seccionais amanhã, dia 1º de junho. O evento ocorrerá às 15h (horário de Brasília) e será transmitido via canal do TRF1 no Youtube.

A Direção do Foro da Seção Judiciária da Bahia será assumida pelo juiz federal titular da 7ª Vara Cível e Agrária, Durval Carneiro Neto, como Diretor do Foro e pelo juiz federal titular da 21ª Vara do Juizado Especial Federal, Fábio Rogério França Souza, como vice-Diretor do Foro.

O acesso para o Ato de Posse poderá ser feito por um dos links descritos no e-mail enviado a todo o corpo funcional, com o convite para a solenidade virtual ou também por meio deste [link https://bit.ly/3m2aRKq](https://bit.ly/3m2aRKq).

**Esta matéria está associada ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).**



“Ser mãe é desdobrar fibra por fibra o coração! Ser mãe é ter no alheio lábio que suga, o pedestal do seio, onde a vida, onde o amor, cantando, vibra.

Ser mãe é ser um anjo que se libra sobre um berço dormindo! É ser anseio, é ser temeridade, é ser receio, é ser força que os males equilibra!

Todo o bem que a mãe goza é bem do filho, espelho em que se mira afortunada, Luz que lhe põe nos olhos novo brilho!

Ser mãe é andar chorando num sorriso! Ser mãe é ter um mundo e não ter nada! Ser mãe é padecer num paraíso!”

(AUTOR: Coelho Neto).

**Por Talita Pereira Souza Almeida, servidora lotada na SECAD.**